

# Livros didáticos, saberes disciplinares e cultura escolar: primeiras aproximações

*Décio Gatti Júnior* \*\*

## Resumo

Trata-se da comunicação dos primeiros resultados de processo de investigação no campo da História das Disciplinas Escolares, dedicado especificamente a análise das formas de utilização do livro didático por professores e alunos das escolas brasileiras no processo de ensino-aprendizagem das diversas disciplinas escolares. Esta problemática comporta um programa de pesquisa bastante amplo em que se destacam, sobre o referido objeto, os seguintes pontos de análise: determinações político-educacionais, especificidades no interior da cultura escolar, condições de produção e circulação no mercado nacional e impactos sobre a ação dos atores que utilizam os livros didáticos cotidianamente.

**Palavras chave:** História da Educação, História das Disciplinas Escolares, Livro Didático.

## Abstract

It's about a communication of the first results of the investigation process in the area of the History of the School Subjects. It's specifically dedicated to the analysis of the forms usage of the school textbook by teachers and students of Brazilian schools in the teaching-learning process of several school subjects. This problematic holds a quite large research programme in which are stood out, about the purpose mentioned, the following points of analysis: political-educational determination, details in the school culture interior, conditions of production and movement in the national market and impacts on the action of the authors who make use of the school textbooks daily.

**Key Words:** History of the Education, History of the School Subjects, Textbook.

---

\*\* Professor de História da Educação, na Universidade Federal de Uberlândia. Doutorando em História da Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

*“Acredito que de história você goste, como eu gostava quando tinha a sua idade, porque ela ocupa-se dos homens vivos, e de tudo o que se refere aos homens, ao maior número possível de homens, a todos os homens do mundo, enquanto unem-se entre si em sociedade, e trabalham, lutam e melhoram a si mesmos, não pode deixar de gostar mais que qualquer outra coisa”<sup>1</sup>.*

Antônio Gramsci

As disciplinas escolares que são muitas vezes objeto de menosprezo dos alunos no cotidiano escolar são, também, as portadoras do que há de mais fundamental nas instituições escolares espalhadas pelo mundo. Sua importância na configuração da escola brasileira é difícil de precisar, mas a investigação dos seus contornos e das suas formas de modificação nas últimas décadas, a partir do privilegiamento dos livros didáticos como principais fontes de pesquisa, parece-nos boa forma de compreender as especificidades dos processos de transmissão dos saberes escolares.

### **Dificuldades de conceituação**

O livro didático é apreendido de modo bastante diferenciado por diversos autores que se ocuparam da temática. Nesta pluralidade conceitual podemos antever a complexidade da qual se traveste o objeto do qual tratamos, levando em conta que os livros escolares são tomados simultaneamente como: “material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação”; materiais “caracterizados pela seriação dos conteúdos”; “mercadoria”; “depositário de conteúdos educacionais”; “instrumento pedagógico”; “portador de um sistema de valores”; “suportes na formulação de uma História Nacional”; “fontes de registros de experiências e de relações pedagógicas ligados a políticas pedagógicas da época”; e ainda materiais “reveladores de ângulos do cotidiano escolar e do fazer-se da cultura nacional”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Trecho de uma carta de Antonio Gramsci para seu filho Délio, extraído dos Cadernos do Cárcere, publicados póstumamente, de 1948 a 1951.

<sup>2</sup> Para localizar esta série de conceitos veja: Circe BITTENCOURT, *Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma História do Saber Escolar*. p. 3. Lídia Izezon de CARVALHO, *A Distribuição e circulação de livros nas Escolas paulistas*. p. 17-18. Anelise M. M. de CARVALHO, *Pregadores de Idéias*,

Este aparente emaranhado conceitual é, na verdade, uma amostra da complexidade que a análise deste objeto nos obriga a adentrar, pois o livro didático é simultaneamente um pouco de tudo isto, o que implica, necessariamente, na montagem de um instrumental analítico que leve em conta este leque de determinações, numa investigação que, entre outras coisas, consiga apreender os focos determinantes mais fortes, através da percepção dos condicionamentos e das práticas que cercam o objeto em análise.

Os livros didáticos, também chamados de manuais escolares ou livros escolares, são artefatos que desde há muito tempo ocupam o cenário escolar, a ponto de conjuntamente a professores e alunos consubstanciarem, perante a sociedade, o que há de mais fundamental no universo escolar.

### **Livros e saberes, na escola e na mídia**

As escolas possuem prédios, mobília e uma infinidade de produtos culturais e mesmo de personagens sociais, mas, objetivamente, o que lhe confere sentido, enquanto instituição transmissora de conhecimento, é o fato de ter abrigado e ainda abrigar docentes e discentes, com funções historicamente definidas, e um instrumento didático extremamente difundido pelo mundo - o livro didático, portador dos conhecimentos básicos das diversas disciplinas que compuseram e ainda compõem o saber a ser difundido no interior das escolas. De fato, este instrumento de ensino, ocupou e ainda ocupa função extremamente relevante no cenário educacional dos povos que possuem escola institucionalizada, com forte tendência a confiar na relevância da palavra impressa como fonte de saber.

Recentemente, a imprensa brasileira abriu enorme espaço para a questão dos livros didáticos. Não somente a mídia impressa, que em nosso país atinge um universo populacional extremamente restrito, mas também a televisão, veículo com grande penetração popular, ocuparam-se do livro didático em sua pauta de notícias.

O gerador do fato encontrava-se no Ministério da Educação, que promoveu uma análise dos livros didáticos que poderiam ser indicados pelos professores brasileiros para o Programa Nacional do Livro Didático - P.N.L.D., para o ano de 1997. O reboiço que tal análise causou, envolvendo

---

*Animadores de Vontades: livros didáticos - nos anos 1930/1940.* p. 3. João A. Batista OLIVEIRA, *A Política do Livro Didático.* p. 11. Kazumi MUNAKATA. *Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos.* p. 12.

pais de alunos, professores, editoras nacionais e o próprio Ministério, reflete a importância deste objeto na configuração própria da escola brasileira <sup>3</sup>.

Os livros didáticos são, incontestavelmente, instrumentos privilegiados no cenário educacional nacional e internacional, pois são eles que verdadeiramente “estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo” <sup>4</sup>.

### **Benefícios mútuos: indústria editorial e política estatal**

No caso brasileiro, a produção de livros (didáticos e paradidáticos) destinados à clientela escolar, alcançou, em 1993, cerca de 60% da produção nacional de livros<sup>5</sup>. Nos Estados Unidos, nesta mesma modalidade produtiva, traduzida em valores financeiros, concentravam-se, em 1980, cerca de 25% do negócio editorial, o que em valores absolutos alcançou 1, 5 bilhão de dólares <sup>6</sup>.

Em ambos os casos, percebemos que o mercado do livro escolar não é nada desprezível para a indústria editorial, especialmente para a brasileira que depende em muito do volume de vendas dos livros escolares para sua própria sobrevivência.

Como sabemos o Estado brasileiro foi, ao longo dos últimos anos, responsável pela montagem de um sistema de compra, co-edição e distribuição de livros escolares em todo território nacional. Apenas no início

<sup>3</sup> Os mais importantes jornais e revistas do país durante os meses de junho e julho de 1996 noticiaram os principais fatos desta contenda. O atual ministro da Educação, Prof. Paulo Renato Souza, realizou pronunciamento, em cadeia nacional de televisão, no dia 24 de junho de 1996, motivado pelas pressões da imprensa nacional e dos agentes sociais envolvidos, leiam-se professores, pais de alunos e editoras, vindo a público para informar do volume de livros distribuídos em 1996, fato já noticiado exaustivamente pelo próprio Ministério durante os primeiros meses do período letivo brasileiro e, também para comunicar à população, do processo de avaliação dos livros didáticos nacionais (cerca de 1.150 títulos, para as oito primeiras séries obrigatórias), da qual resultou um catálogo da Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, órgão do M.E.C. que desde 1985 é o responsável pela execução do Programa Nacional do Livro Didático - P.N.L.D. Em meados de 1997 este mesmo Ministério anunciou a confecção de um catálogo no qual consta um ranking dos livros didáticos analisados.

<sup>4</sup> Michael APPLE. *Cultura e comércio do livro didático*. p. 81.

<sup>5</sup> Para acompanhar o crescimento da produção de livros didáticos no interior da produção nacional de livros em geral consulte: João Batista Araujo e OLIVEIRA et alii. *op. cit.* e Kazumi MUNAKATA. *op.cit.* Dados veiculados imprensa brasileira anunciam que a Editora Ática, a maior do país, deve cerca de 90% de seu faturamento à venda de títulos didáticos, paradidáticos, infantis e obras de referência, tendo faturado, apenas no ano passado, cerca de 242 milhões de reais com livros didáticos., já a FTD, segunda em faturamento com didáticos, alcançou cerca de 129 milhões de reais, conforme dados colhidos em PIMENTA, Angela Cultura de Massa: Em São Paulo, uma superloja mostra o poder de fogo da Editora Ática. *Veja.*, 18/06/97. p. 155-6.

<sup>6</sup> Para obtenção de informações mais detalhadas sobre o mercado do livro didático nos Estados Unidos, consulte: Michael W. APPLE. *op. cit.* p. 81-105.

de 1996 o governo brasileiro adquiriu cerca de 110 milhões de livros para serem distribuídos aos estudantes carentes por todo país<sup>7</sup>.

As políticas públicas neste setor, não importando muito sob qual governo especificamente, são marcadas pelo atendimento de interesses bastante claros que por um lado atendem às necessidades do Estado que é obrigado a conviver com um país que apresenta deficiências de toda ordem no campo educacional, encontrando na distribuição de livros, um paliativo extremamente útil, pois permite simultaneamente: “agradar as editoras, garantir espaço na imprensa, facilitar ‘negociatas’ e promover políticos”<sup>8</sup>.

Por outro lado, atende às necessidades da indústria editorial que funciona em meio a um mercado consumidor extremamente limitado, tendo em vista o pequeno número de leitores e a conseqüente mediocridade da quantidade de livros que são ao menos comprados no país<sup>9</sup>.

As editoras, desta forma, ganham muito ao diminuir seus riscos, através da garantia de compra de seus produtos, ainda que com margens de lucro menores, porém num negócio que envolve recursos vultosos frente ao tamanho e as possibilidades do setor.

A política do livro didático empreendida pelo Estado brasileiro ao longo das quatro últimas décadas, coincide com uma série de prerrogativas das principais agências internacionais de financiamento educacional dos países em desenvolvimento.

Neste sentido, é interessante observar o crescimento dos recursos destinados à rubrica para compra de material didático, no interior dos empréstimos do Banco Mundial para o desenvolvimento de políticas na área educacional.

Parece-nos evidente que a combinação destes interesses ocasionou o “afunilamento das funções do Estado”, que se limitou ao empreendimento de uma “política distributivista de livros”, sem no entanto ocupar-se dos problemas nevrálgicos do sistema educacional brasileiro<sup>10</sup>.

No que se refere aos alunos e suas relações com os livros escolares, cabe-nos ressaltar a centralidade que estes adquiriram na vida escolar

<sup>7</sup> A título de exemplo podemos citar que dos 28 milhões de livros didáticos que a Editora Ática imprimiu em 1996, cerca de 13,5 milhões foram negociados com o governo federal, conforme publicado em PIMENTA, Angela Cultura de Massa: Em São Paulo, uma superloja mostra o poder de fogo da Editora Ática. *Veja*, 18/06/97. p. 155-6.

<sup>8</sup> Lídia Izecon de CARVALHO. *op. cit.*, p. 16.

<sup>9</sup> Para maiores informações sobre consumo de livros no Brasil consulte: João Batista A. OLIVEIRA. *op. cit.*, p. 83-110 e Kazumi MUNAKATA. *op. cit.*, p. 1-7.

<sup>10</sup> Para um aprofundamento na questão sobre as políticas de distribuição de livros aos estudantes carentes, suas formas de atuação e seus problemas consulte: Lídia Izecon de CARVALHO. *op. cit.*, p. 39-134. e João A. B. OLIVEIRA. *op. cit.*

cotidiana dos mesmos, ocupando grande parte do tempo dispendido pelos alunos no processo de aprendizagem. Nos Estados Unidos calcula-se que cerca de 75% do tempo em sala de aula é gasto no trabalho com os livros didáticos, e que 90% do tempo de estudo em casa são ancorados neste mesmo instrumento educacional.

Em nosso país não existem dados tão precisos quanto ao tempo gasto com livros pelos alunos em sala de aula e em sua casa, porém é possível, com pouca chance de erro, afirmar que no Brasil encontramos-nos num nível se não maior pelo menos muito próximo do qual se apresenta nos Estados Unidos.

A centralidade que este instrumento pedagógico adquiriu no seio da cultura escolar o torna objeto privilegiado em qualquer análise que queira dar conta do difícil processo de desvendamento dos saberes veiculados pela escola. Assertiva que parece-nos valer para qualquer país, servindo de maneira especial para o Brasil onde o livro didático foi e é utilizado amplamente no ensino primário e secundário e, algumas vezes, até no superior, moldando não só o conteúdo escolar a ser apreendido pelos alunos, como também a ação dos professores que, infelizmente, são muitas vezes desqualificados e despreparados para exercerem com competência e autonomia suas funções.

O saber transmitido pela escola é resultado de uma série de esforços de grupos humanos mais ou menos organizados que no decorrer do tempo foram promovendo escolhas e selecionando o saber a ser veiculado às novas gerações.

Neste processo é que ganha importância o livro didático, portador quase que exclusivo destes saberes, e, em nosso entender, objeto privilegiado, ao menos no caso brasileiro, para desvendar o ensino real das disciplinas escolares. Privilegiado sim, pela sua própria força cultural e sua existência material, mas não exclusivo num processo mais amplo de análise da efetivação do ensino brasileiro.

O livro didático, a nosso ver, assumiu grande importância nos processos de ensino-aprendizagem recente, tornando-se um dos focos de determinação mais forte no processo de configuração e reconfiguração do ensino escolar.

Quando trabalhamos com a idéia de saber escolar, não estamos tomando-o como algo desarticulado do saber em geral, nem muito menos como algo distante do mundo social do qual é parte, simultaneamente, determinada e determinante; mas sim de um saber que adquiriu no decorrer histórico uma série de especificidades e funções bastante distintas daquelas

exercidas pelo conjunto de instituições sociais construídas pela vida societária em boa parte do mundo.

A escola, instituição das mais fortes no mundo contemporâneo, presente na quase totalidade de países da atualidade, em alguns casos desde há muitos séculos, criou, ainda que articulada com a sociedade em que se inseria, uma verdadeira cultura escolar.

Esta modalidade de cultura pode ser identificada, por exemplo: nas particularidades dos prédios escolares, nos uniformes estudantis, nas bolsas dos alunos sempre repletas de cadernos e livros escolares, na lousa e no giz e numa infinidade de produtos culturais criados pelo homem para tornar possível o processo de ensino-aprendizagem no interior da escola. Estes objetos são coisas, e por serem tomados desta forma inserem-se, necessariamente, num processo social mais amplo<sup>11</sup>.

Em verdade, ao privilegiarmos o estudo dos livros didáticos utilizados nas aulas das diversas disciplinas escolares como caminho para compreendermos o ensino das mesmas, não podemos deixar de perceber que este objeto da cultura escolar é resultado de um conjunto de relações sociais, intra e extra escolares.

## **A efetivação dos currículos reais**

As escolas pertencem, obviamente, a sistemas de ensino integrados, no caso brasileiro, em nível municipal, estadual e federal. Estas instâncias de poder, que cotidianamente se atropelam, são as responsáveis pela formatação dos currículos escolares e das próprias condições básicas de existência de número enorme de escolas.

Em tese, os currículos escolares deveriam ser o principal elemento regulador dos conteúdos transmitidos nas diversas disciplinas ministradas no interior das escolas, porém, em nosso país, a realidade tem demonstrado que uma determinação curricular só consegue consolidar-se a partir do momento em que surgem livros didáticos, para uso do professor e dos alunos, que a incorporem.

O livro didático, no mais das vezes, acaba por ditar o currículo escolar, especialmente nos locais onde os professores são mais desqualificados e despreparados. Segundo o editor, Jiro Takahashi,

---

<sup>11</sup> O termo cultura é tomado por Raymond Williams tanto como "processo vivido", ou seja, o processo social constitutivo através do qual e por meio do qual vivemos nossas vidas cotidianas, como também "mercadoria", tomado no sentido de produtos da cultura, ou seja, a própria condição de coisa das mercadorias.

“onde o currículo está mal explicado, mal colocado, quer dizer(...) se você lançar um livro bem feito, de agrado dos professores e colocar lá no frontispício: ‘de acordo com os guias curriculares do Espírito Santo’ todos os professores de lá, se não entenderem bem a proposta curricular do Estado, vão acabar adotando aquele como programa, e não o guia. O livro passa a ser o próprio guia”<sup>12</sup>.

Ao optarmos por esta e não outra forma de acesso à temática em questão, estamos promovendo uma escolha que obviamente afasta outras possibilidades de entrada na problemática em questão. Além do livro didático, que constitui uma forte determinação sobre o ensino das disciplinas nas escolas brasileiras, podemos tomar como outro foco determinante, provavelmente não menos importante, o universo de formação dos professores.

O livro didático é um instrumento pedagógico usado desde há muito tempo. João Batista de Araujo e Oliveira, lembra-nos que já na *Didática Magna*, Comenius expunha a lógica que deveria nortear o sistema de ensino a partir da metáfora do funcionamento de uma tipografia. Para ele,

“O papel são os discípulos cujas inteligências hão de ser impressas com os caracteres das ciências. Os tipos ou caracteres são os livros didáticos e demais instrumentos preparados para este trabalho, graças aos quais se imprime, na inteligência, com facilidade tudo quanto se há de aprender. A tinta é a voz viva do professor que traduz o sentido das coisas e dos livros para os alunos. A prensa é a disciplina escolar que dispõe e sujeita a todos para receber o ensinamento”<sup>13</sup>.

Os livros didáticos já ganhavam, deste modo, em pleno século XVII, uma função que conservaram até hoje, qual seja, a de portadores dos caracteres das ciências. De fato, durante os séculos subsequentes, a palavra impressa, principalmente aquela registrada na forma de livros científicos, ganharia um estatuto de verdade que ainda hoje dissemina-se em grande parte dos bancos escolares e da vida cotidiana das pessoas.

Esta concepção chamada “iluminista” do livro prosseguiu e ganhou força com o passar do tempo. O livro didático, nesse sentido, tornou-se o fiel depositário das verdades científicas universais, adaptado, é claro, às particularidades do leitor a que se destinava. Ancorado em assertivas desta

<sup>12</sup> *Apud*, João Batista de A. e OLIVEIRA, *op. cit.* p. 73.

<sup>13</sup> *Ibid*, p. 25.



natureza é que ele tornou-se o mais importante e presente instrumento pedagógico da História das Instituições Escolares.

### **Paliativo para uma situação trágica**

Em 1984, a Câmara Brasileira do Livro, caracterizava o novo livro didático como sendo um produto editorial com,

“(...) altas tiragens e preços baixos; gradação de dificuldades em atendimento ao novo tipo de professor; o emprego dominante de atividades no livro em atendimento à tendência do uso de técnicas dinâmicas do ensino; o uso generalizado de ilustrações em atendimento às modernas técnicas pedagógicas; a possibilidade de agilização e melhoria do processo de correção dos exercícios escolares, muito dificultado pela grande sobrecarga de trabalho do professor.”<sup>14</sup>.

Esta caracterização não deve ser generalizada para além do período em que se situa, porém revela-nos de modo transparente uma tendência nacional, gestada desde meados dos anos sessenta, de tomar o livro didático como um paliativo para as questões postas pela realidade educacional brasileira, especialmente à problemática da qualidade e das condições do trabalho docente.

Ao professor sobrecarregado, nada de mais tempo para preparação de aulas; ao invés disso a implantação de um instrumento didático, que agradando alguns setores sócio-econômicos bem definidos, agilizaria seu trabalho.

Esta utilização do livro didático como paliativo para problemas educacionais crônicos coaduna-se com uma pseudo-forma de atacar a crise de leitura com a qual o país convive há muito: acredita-se que apenas com a distribuição de livros e algum treinamento de professores iríamos revolucionar a educação brasileira.

A ausência de uma política cultural mais efetiva parece uma marca constante dos diversos regimes de governo que ocuparam o poder nas últimas décadas<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Ibid. Ibidem. p. 109.

<sup>15</sup> Análise interessante sobre a questão da ausência de políticas culturais no país e da crise de leitura pode ser encontrada em Lúcia I. de CARVALHO, *op.cit.*

## Condicionamentos do livro didático.

O livro didático possui um leque bastante amplo de condicionantes, sua existência como produto cultural é resultado de uma série de pressões, umas mais fortes e contínuas, outras mais ocasionais, advindas do conjunto social onde o mesmo é gestado. São estas pressões que lhe conferem uma historicidade muito rica e de difícil delimitação.

Uma das pressões mais fortes é a econômica, pois se tomarmos o livro didático como uma entre outras mercadorias produzidas na sociedade, não podemos deixar de considerá-lo como um bem vendável, feito para gerar lucro, acumular capital financeiro.

Os editores por mais bem intencionados que sejam não podem destruir sua “galinha dos ovos de ouro”, ou seja, precisam ter seus livros bem aceitos no mercado escolar para que sua atividade editorial se viabilize.

Sendo assim, é comum a adaptação dos livros didáticos, nos dias de hoje numa velocidade surpreendente, às modas didáticas e às mudanças curriculares estabelecidas pelos setores públicos que cuidam da educação; ou seja, as editoras não podem deixar de fornecer o produto solicitado pelo mercado, sob o risco de perder o rico filão que lhes dá sustentação básica, isto quando não são elas que definem as necessidades dos seus próprios mercados<sup>16</sup>.

Se no Brasil, de algumas décadas atrás, a questão ideológica era um forte componente na definição da produção didática, especialmente dos conteúdos veiculados nas disciplinas vinculadas a área das Humanidades, hoje em dia, segundo até mesmo alguns editores, os lucros advindos da venda deste tipo de livro sobrepõem-se a quaisquer questões ideológicas.

Nos Estados Unidos, os editores afirmam que “o que importa é a lucratividade” e que “(...) se existe alguma censura, é a que se refere à possível lucratividade. Os livros que não são lucrativos, não importa sobre que assunto, são encarados de forma desfavorável”<sup>17</sup>. Coisa bem parecida está sendo constantemente afirmada pelas editoras nacionais, em que podemos encontrar assertivas como: “(...) o que importa não é a ideologia contida no livro e sim sua aceitação no mercado”<sup>18</sup>.

<sup>16</sup> Bourdieu promove uma diferenciação entre capital financeiro e capital simbólico, em que o primeiro visa o retorno rápido, com obsolescência veloz e com o mínimo de riscos e o segundo, objetiva a lucratividade a médio e longo prazo, sendo capaz de promover inovações de formato entre outras (*Apud*, Michael W. APPLE, *op. cit.*, p. 86-87). Esta diferenciação nos parece interessante para compreender algumas diferenças substanciais entre as editoras em geral, e, em alguns casos, entre as diversas editoras de livros didáticos.

<sup>17</sup> *Apud*, Michael W. APPLE, *op. cit.*, p. 94.

<sup>18</sup> *Apud*, Kazumi MUNAKATA, *op. cit.*, p. 20.

O livro de sucesso é muitas vezes tomado como padrão para as outras produções o que acaba levando-o a assumir uma posição modelar, com a conseqüente padronização dos manuais escolares. Qualquer inovação neste campo, tão logo revele algum êxito mercadológico é rapidamente copiada pelas editoras concorrentes.

A concorrência é, aliás, outra condição interessante sob a qual ocorre a produção dos livros didáticos, tanto que ao analisarmos os dados referentes ao número de editoras que detêm este mercado percebemos a oligopolização do mesmo.

São poucas as editoras que fornecem a maior parte do material didático ao mercado consumidor brasileiro. Mercado este que é constituído tanto pelo Estado, com sua "política distributivista" <sup>19</sup>, como pela população em geral, quase sempre pertencente aos extratos médio e alto de poder aquisitivo, na compra direta em livrarias e assemelhados.

Numa análise próxima da economia política podemos traçar o roteiro percorrido pelo livro didático em alguns momentos bastante precisos, quais sejam: a produção, a circulação e o consumo cultural. Em todos, podemos notar mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Da produção quase artesanal dos anos trinta, chegamos aos anos noventa com uma capacidade produtiva suficiente para atender demandas até maiores do que a atual. Da circulação, difícil e demorada, de algumas décadas atrás, passamos a ter condições extremamente ágeis de distribuição de volumes cada vez maiores de mercadorias. Quanto ao consumo cultural, este é o ponto onde os avanços menos aparecem, não por estarem escondidos, mas pela mediocridade do nível médio de leitura da população.

De fato, a população brasileira em geral lê pouco e mal, pois parcela significativa da mesma domina apenas os rudimentos da linguagem culta.

Dados dos anos oitenta assinalam que nossa população comprou algo em torno de 1 livro por ano, média que cresceu para 1,85 livro/ano nos anos noventa. Mesmo assim os didáticos continuaram a ocupar o grosso deste mercado, enquanto os livros religiosos e congêneres alcançavam o segundo lugar em vendagem.

Estes dados, comparados com a média de aquisição de livros nos países desenvolvidos revelam, no mínimo, a carência cultural de nosso país neste campo. Se observarmos a vendagem de jornais e revistas em outros países, nem tão desenvolvidos assim, perceberíamos também que o Brasil está bem aquém dos padrões internacionais. Cidades com cerca de

---

<sup>19</sup> Expressão citada em Lídia Izescon CARVALHO. *op.cit.* p. 36.

quinhentos mil habitantes, que têm jornais com tiragem média de quinze mil exemplares revelam um estado de pobreza cultural muito grande<sup>20</sup>.

Um conjunto de razões oriundas da particularidade do processo de desenvolvimento social brasileiro podem nos ajudar a compreender este processo. Para sermos breves, citaremos apenas o fato de que em nosso país um livro didático ou mesmo um livro normal, custa em média, nos dias de hoje, algo em torno de 15% de um salário mínimo, já tendo chegado a significar, nos anos oitenta, cerca de 20% deste mesmo referencial.

As dificuldades com as quais os professores da maioria das escolas públicas têm de conviver, porque seus alunos muitas vezes só conseguem comprar os livros por eles indicados após vários meses do início das aulas, refletem a carência de recursos financeiros de parte da população para destinar à aquisição de material didático.

Este fato não deveria ocorrer naquelas escolas que recebem os livros do Programa Nacional do Livro Didático - P.N.L.D., porém são freqüentes as reclamações dos professores em razão do atraso da entrega destes materiais, de sua inadequação e deficiências de quantidade e qualidade<sup>21</sup>.

De qualquer modo, a compra de bens culturais desta natureza em nosso país atinge um volume muito baixo em vista da demanda que deveria existir. Nossa indústria editorial, por este motivo, cresce pouco e tem dificuldades para dar saltos qualitativos.

Até bem pouco tempo os livros escolares eram de tão má qualidade que não resistiam ao uso durante até mesmo um único semestre letivo. Nossos jornais, até os dias de hoje, após serem lidos obrigam-nos à uma lavagem das mãos, dada a baixa qualidade da impressão.

Nas revistas mais consumidas, o texto escrito quase desapareceu, dando lugar a uma enxurrada de fotografias e ilustrações que apontam para a formação de uma "civilização da imagem", pobre em capacidade de verbalização, com conseqüências ainda difíceis de serem medidas<sup>22</sup>.

No que diz respeito a este último ítem o livro didático parece-nos ter acompanhado esta tendência de empobrecimento do texto escrito, cada vez mais sintético e esquemático, com a valorização da imagem, através da

---

<sup>20</sup> Ver a este respeito os textos de João B. de A. e OLIVEIRA, *op.cit.*

<sup>21</sup> Neste ano de 1997, o Ministério da Educação - MEC, tem divulgado pela imprensa escrita e televisionada que os atrasos na distribuição de material didático acabaram, em função de um acordo de distribuição com os o serviço de Correios do país.

<sup>22</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a temática consulte Fredric JAMESON, *Marcas do visível*.

inclusão de inúmeras ilustrações, em diversas cores, no grosso da produção mais recente<sup>23</sup>.

### **Produção, circulação e consumo do livro didático.**

Em meio a um cenário desta natureza é que se tem efetivado a produção dos livros didáticos brasileiros nas últimas décadas. Esta produção, com o passar dos anos, foi adquirindo um nível de profissionalização cada vez maior, considerando atual número de especialistas envolvidos na confecção deste artefato, nas mais diversas etapas produtivas.

Nestas etapas, com algumas variações, compõem-se os custos de produção dos livros didáticos, que envolvem a preparação dos originais, a composição, a preparação de matrizes, a impressão, a colagem, o empacotamento e, por fim, a distribuição e venda ao mercado consumidor.

A preparação dos originais, realizada de diversas formas e com impacto diferenciado sobre os custos de produção, envolvem, cada vez mais, diversos profissionais: autores, capistas, ilustradores, entre diversos outros.

A composição, realizada atualmente com meios eletrônicos que agilizaram em muito esta etapa do processo, já foi realizada de formas extremamente demorada, através da linotipia e de outros processos bastante artesanais.

A preparação de matrizes, que até bem pouco tempo era feita num processo químico de gravação, pode ser feita, atualmente, com o auxílio de modernas impressoras a laser.

A impressão, outra etapa da fabricação de livros é realizada com equipamentos cada vez mais automatizados e eficientes, com custos que variam conforme o nível de sofisticação do produto a ser publicado.

A colagem e o empacotamento são realizados cada vez mais rápido, em função da automatização de diversas partes do processo em questão.

A esta complexa estrutura de produção e seus respectivos custos financeiros devem ainda ser acrescentadas as despesas com armazenamento, mercadologia, propaganda, distribuição e vendas.

Nesse sentido é interessante lembrar que, na época de Voltaire, eram extremamente complexos os meios de produção e de distribuição dos livros, posto que às dificuldades da própria impressão do material somavam-se aos

<sup>23</sup> Pesquisa divulgada pela Folha de S. Paulo, em 28/07/96, à página 3-3, apresenta dados que assinalam que os adolescentes brasileiros preferem imagens, à leitura.

problemas sérios na distribuição das obras, que não raro chegavam a seu destino sujas e com as capas e bordas das páginas estragadas<sup>24</sup>.

As estruturas comerciais e culturais nas quais o livro didático está inserido só podem ser compreendidas sob a luz de uma ampla investigação histórica, pois nesta perspectiva poderemos acompanhar o processo que consolidou o atual estado de coisas no campo do ensino das disciplinas escolares.

Neste processo, entrecruzam-se análises sobre a sociedade, a Educação e a escola brasileiras, pois é apenas mediante o exame da realidade cultural do país, do seu sistema educativo, da qualidade do professorado, do alunado e das condições efetivas do magistério que o roteiro desta investigação poderia estar completo.

Estas são, ainda que em linhas gerais, as condições sob as quais o ensino tem se efetivado. Compreender o ensino das diferentes disciplinas escolares, privilegiando o livro didático como fonte de informação, não nos permite uma análise descolada do universo produtivo e social no qual ele se materializa e se insere. Como acreditamos ter demonstrado, ainda que de modo parcial e um tanto fragmentado, o circuito do qual o livro didático faz parte é extremamente complexo.

### **Atores principais e coadjuvantes do processo em questão**

De fato, são inúmeros os personagens sociais que atuam no complexo e lucrativo circuito do livro didático. Todos repletos de condicionamentos, especificidades e variações que praticamente inviabilizam um processo de generalização científica.

Apple chegou ao ponto de incentivar, para o estudo dos livros escolares, a realização de uma "investigação etnográfica de longo prazo" como parte necessária de um amplo projeto de pesquisa nos Estados Unidos<sup>25</sup>.

As editoras são peça fundamental do circuito do livros em geral e do livro didático em particular. Distinguem-se em editoras com finalidades comerciais (capital financeiro) e editoras de textos científicos, especializados (capital simbólico). As principais diferenças destes dois tipos de editoras podem ser encontradas em suas políticas editoriais, no tipo de tecnologia encontrada, nas estruturas burocráticas e cotidianas, na distância dos riscos que cada uma assume, na diversidade das políticas monetárias e de

<sup>24</sup> Ver a este respeito Robert DARNTON. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*.

<sup>25</sup> Ver Michael W. APPLE, *op. cit.*, p.101.

comercialização e, principalmente, no volume de produção de cada uma delas.

No Brasil atual é freqüente que uma mesma grande editora possua coleções e séries didáticas com rotatividade e volume comercial maior, e, simultaneamente, produza alguns livros destinados a públicos mais restritos, com taxa de retorno menor e mais lenta. Provavelmente este procedimento ocorra, tanto em função da capacidade tecnológica atual de se produzir pouco com custos pequenos, quanto por que a maior parte das obras literárias mais densas podem ser compradas diretamente dos autores, sem grandes custos de preparação dos originais, ou apenas traduzidas de outra língua a um custo muito baixo também.

As editoras brasileiras especializadas em livros didáticos passaram, ao longo dos últimos anos, por um intenso processo de especialização, e hoje, além de produzirem os didáticos, responsáveis pelo grosso do faturamento das mesmas, ocupam-se da fabricação dos chamados paradidáticos, que são em geral pequenos livros, com temas únicos, empregados como auxiliares do processo de ensino, para além do livro didático.

No Brasil, a Editora Brasiliense parece ter sido aquela que primeiro lançou-se a esta empreitada <sup>26</sup>, no início dos anos oitenta, porém ela nunca foi uma editora pautada pela produção de livros paradidáticos, mas acabou por influenciar todas as grandes editoras que hoje possuem coleções inteiras, com diferentes formatos e repletas de especificidades editoriais, destinadas a complementar o trabalho com o livro didático e até mesmo, em alguns casos, de poder o substituir.

As editoras de livros didáticos tornaram-se, em sua maioria, indústrias interessadas em produzir mercadorias num formato próximo dos livros que alcançaram amplo sucesso de vendas, o que significou, no evoluir histórico, a consolidação de uma determinada fórmula editorial, quase que única para os livros didáticos.

Dos livros-texto dos anos cinquenta, aos existentes a partir dos anos noventa há uma série de mudanças que demonstram tanto inovações editoriais, quanto processos de homogeneização das mesmas nas diversas publicações.

---

<sup>26</sup> As coleções "Primeiros Passos" e "Tudo e História", publicados pela Brasiliense, inovaram em formato e fórmula editorial e tornaram-se um imenso sucesso mercadológico. Destinavam-se principalmente para uma clientela do ensino primário e secundário, mas acabaram sendo muito utilizadas no ensino superior. Esta mesma editora havia lançado a coleção "Primeiros Vóos", destinada ao público do ensino superior, mas esta acabou por ter vida mais curta que as outras coleções.

O exame destas modificações deve ser compreendido no seu desenrolar histórico mais amplo. Só assim podemos compreender, a título de exemplo, os motivos pedagógicos, mercadológicos ou outros que levaram à emergência e consolidação da produção dos chamados “livros descartáveis” em nosso país desde o final da década de setenta até meados dos anos oitenta.

As editoras constituem-se de seus editores, personagens dos mais importantes no circuito da produção de livros, didáticos ou não; dos autores das obras literárias, que atualmente têm sido apenas atores coadjuvantes no processo de fabricação dos livros; dos agentes literários, que vivem a caça de textos e autores que se enquadrem na pauta editorial da empresa em que trabalham; do pessoal de vendas e de divulgação e marketing, que atualmente ocupam o segundo lugar em importância nas decisões editoriais do grosso das editoras.

Os editores são os responsáveis diretos pelas políticas editoriais destas empresas privadas, tornando-se, ao longo deste processo, agentes de produção mais importantes que os próprios autores das obras didáticas.

Apple analisou o perfil destes profissionais nos Estados Unidos e concluiu que suas ligações mais diretas não se estabelecem com os autores ou com os conteúdos veiculados por seus produtos, mas sim com as demandas do mercado consumidor.

Para corroborar esta afirmação, ele nos apresenta o fato de que 75% dos editores de livros escolares naquele país são provenientes do setor de vendas das editoras, ou seja, conhecem melhor as condições de comercialização e de vendas de livros que outra fase ou nível desta mesma produção, no interior das empresas às quais pertencem<sup>27</sup>.

No Brasil, parece-nos que nenhuma análise mais cuidadosa foi realizada no sentido acima expresso, porém, é bastante provável que a realidade se apresente de modo bastante parecido, pois a lógica do lucro, através dos ganhos de capital financeiro, no curto prazo e com altas margens de lucro, deve impor-se à produção de livros, como a outra produção qualquer do universo mercadológico<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> Neste sentido é interessante observar Michael W. APPLE, *op. cit.* que desenvolve um questionamento das questões de gênero no interior do cotidiano das editoras, devido à constatação de que predominam relações patriarcais no comando das mesmas, em que os setores de vendas destas são ocupados predominantemente por homens, minando-se, desta forma, as possibilidades de ascensão das mulheres a cargos de comando nestas empresas.

<sup>28</sup> Não nos devemos esquecer de uma série de ações alternativas no campo editorial, mas que pouca ou nenhuma absorção tiveram no mercado em questão. Na área específica de História uma investigação cuidadosa nos levaria a elencar uma série de exemplos, com maior ou menor resultado mercadológico, dentre os quais nos vale



Os autores dos livros didáticos que no passado tinham grande importância no âmbito da produção dos mesmos, têm hoje, salvo algumas exceções, um papel secundário no circuito produtivo. Não podemos deixar de mencionar uma série de autores que viajam pelo país ministrando “palestras” sobre o ensino de História, mas que em verdade, estão participando de um processo de marketing para as editoras em que se produzem os livros de sua autoria<sup>29</sup>.

Os autores sabem que a publicação de “livro(s) didático(s) não lhes dá prestígio, porém lhes dá dinheiro”, o que tem um significado particular num país em que o nível salarial em geral é muito baixo, e os dos docentes em especial é vergonhoso.

Sendo assim, é fácil entendermos como a elaboração de textos didáticos tornou-se uma prática comum de alguns professores brasileiros, pois que boa parte dos autores são recrutados nos quadros docentes das universidades, particularmente naquelas localizadas no eixo Rio-São Paulo. São professores que em sua maioria possuem alguma experiência no ensino primário e secundário público ou privado.

A evolução histórica do perfil destes autores não é de fácil determinação, mas é evidente que ocorreu uma mudança significativa entre aqueles que se ocupavam, na primeira metade deste século, da elaboração do material didático, para aqueles que hoje realizam esta tarefa. Do autor individual, passamos à “equipe técnica responsável”, em que o autor conta, mas conjuntamente a uma série de profissionais especializados.

Nos últimos anos, os autores já sabem de antemão sob qual padrão devem trabalhar. O formato do livro, seu tamanho, suas divisões internas, seus cadernos de exercícios, são definições editoriais estabelecidas previamente. Não existe praticamente nenhuma margem de manobra para que sejam apresentadas, especialmente pelos autores, inovações didáticas, sob o risco do fracasso do produto no mercado.

Existe, deste modo, uma espécie de pacto entre a editora e o autor do livro didático. Pacto este que beneficia a ambos, pois nenhum corre riscos muito grandes quando respeita às imposições do mercado. A editora, entra com sua experiência mercadológica, sua “fórmula editorial do sucesso”,

destacar a obra, em dois volumes, intitulada: “Brasil Vivo”, de autoria de Francisco de Alencar e outros, publicada no início dos anos oitenta pela editora Vozes, de Petrópolis.

<sup>29</sup> Na minha experiência docente já assisti diversas destas palestras, todas acerca do “ensino de História”, de autores de livros extremamente bem vendidos no mercado brasileiro em geral e alguns em mercados regionais em particular, como as da Profa. Dra. Elza Nadai (já falecida), do Prof. Rubim Aquino, entre outros. O financiamento das viagens destes professores, coincidentemente, vinham das editoras de seus livros didáticos.

enquanto o autor, entra com seu conhecimento, nem sempre muito profundo da área científica à qual pertence.

Não saberíamos lhes dizer se os autores destes livros ganham com eles o suficiente para deixarem seus empregos, mas pelo que nos consta nenhum dos que conhecemos desvinculou-se de suas atividades profissionais mais diretas. Seria o caso de aprofundar as investigações neste sentido. De qualquer forma, a fatia maior dos lucros da venda destes produtos editoriais fica com quem de fato os produz, ou seja, a editora.

Ao lado dos autores, mas com importância bem maior no circuito do livro didático, está o pessoal de vendas. Estes são os responsáveis diretos pelo sucesso do produto editorial no mercado em que se inserem. No caso brasileiro, supomos que tenham sido e talvez ainda sejam excelentes lobistas, já que o Estado, ao longo das últimas décadas, tem centralizado grande parte das compras destes produtos para distribuí-los aos estudantes carentes.

Estes setores das editoras promovem uma gestão intensiva junto ao professorado, que há algum tempo opinam sobre a escolha destes livros, enviando-lhes panfletos, coleções completas de livros didáticos, exemplares de livros didáticos e outros, bem como promovendo os já mencionados cursos e palestras dos autores junto aos professores das escolas mais importantes das diversas cidades brasileiras<sup>30</sup>.

Os professores são peça importante da estratégia de vendas das editoras. São os que utilizam os livros didáticos e, recentemente, são eles que os escolhem. A indicação por eles de livros para turmas ou colégios inteiros é garantia de vendas de milhares de livros por um espaço de tempo quase nunca inferior a quatro anos.

A relação do professor com o livro didático não termina no fato assinalado acima, pois o livro didático tem servido para algo mais do que uma simples exposição dos conteúdos disciplinares. Ao invés disso eles têm sido um instrumento privilegiado no controle e na organização da aula.

Ele é muitas vezes o portador do conteúdo da aula e dos exercícios para casa, ocupando praticamente a totalidade do tempo de estudo dos alunos. O professor, que no mais das vezes, ministra um número de aulas incompatível com o tempo necessário para prepará-las e administrá-las, não se importa mais com a aprendizagem real dos estudantes, mas sim,

---

<sup>30</sup> Boa parte do acervo de livros didáticos e paradidáticos na área de História, Educação Moral e Cívica e Estudos Sociais que os professores possuem, no mais das vezes, são provenientes desta estratégia de divulgação das editoras. Aos olhos de hoje verificamos a "coincidência" de que os livros mais divulgados sejam também os mais bem vendidos no mercado nacional.

infelizmente, em como ele irá preencher os cinquenta minutos de aula em suas diversas turmas de alunos.

O livro didático tem prestado este serviço há muitos anos, e parece prosseguir neste caminho com poucas possibilidades de mudança de rota.

Não são poucos os analistas da questão do livro didático que denunciam um tal estado da educação brasileira em que os professores passaram a ser reféns do material didático de que dispõem, seja através da tutela que o mesmo exerce junto a eles, seja através do efeito camuflador que o livro efetua ao acobertar um sem número de deficiências do professorado, que muitas vezes, não é nem mesmo habilitado para o exercício daquela profissão.

Os alunos, verdadeiros consumidores, são a parte mais frágil deste processo. Não decidem sobre a escolha dos próprios livros que irão utilizar, convivem com professores limitados em sua capacidade profissional e pagam caro por um material didático que tem sua qualidade constantemente questionada.

De qualquer modo são eles que convivem, ao longo de dez ou mais anos, com uma série de livros didáticos, dos quais guardam poucas recordações. Provavelmente nem eles, e nem mesmos seus mestres e a escola em geral tenham se apercebido da força exercida por este objeto no cotidiano dos escolas brasileiras, e das escolas espalhadas pelo mundo.

## **De problemática à programa de pesquisa**

É na forma específica que ganham as tintas no papel em branco que se materializam as obras didáticas. É nelas, portanto, que podemos enxergar mais objetivamente os conteúdos substanciais das diversas disciplinas escolares. Através de seu uso podemos verificar se programas curriculares aprovados pelos poderes educacionais frutificaram ou não na prática escolar cotidiana.

A evolução deste processo de produção dos livros didáticos constitui parte importante do entendimento da questão do ensino das disciplinas escolares no país, pois é de sua compreensão que poderemos desvendar as formas que têm assumido ao longo dos anos o ensino escolar brasileiro.

Além dos conteúdos escolares, os livros escolares expressam valores, hábitos de leitura, posturas pedagógicas e uma infinidade de sinais do desenvolvimento educativo da sociedade brasileira nas diversas épocas. Estes indícios, se tratados adequadamente podem torná-lo um objeto decisivo para a compreensão do saber histórico veiculado pela e na escola brasileira.

Sendo assim, podemos afirmar que o desvendamento de uma problemática desta natureza necessita da realização de um largo e intenso programa de investigação. Nesse sentido, esperamos estar contribuindo, ainda que de modo limitado, através destas primeiras reflexões sobre a referida temática.

## Referências Bibliográficas

- APPLE, Michael W. **Cultura e Comércio do Livro Didático**. In: **Trabalho Docente e Textos: Economia Política das Relações de Classe e de Gênero em Educação**. Porto Alegre. Artes Médicas. 1995. p. 81-105.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Livro Didático e Conhecimento Histórico: Uma História do Saber Escolar**. (Tese de Doutorado). São Paulo. FAE-USP. 1993.
- BURKE, Peter. **Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro**. In: **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo. Editora da Unesp. 1992. p. 07-37.
- CARVALHO, Anelise M. M. **Pregadores de Idéias, Animadores de Vontades - Livros Didáticos, nos Anos 1930/1940**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo. PUC-SP. 1992.
- CARVALHO, Lídia I. **A Distribuição e Circulação de Livros nas Escolas Paulistas**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo. PUC-SP. 1991.
- CHARTIER, Roger & ROCHE, Daniel. **O Livro: Uma Mudança de Perspectiva**. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **Fazer História: Novos Objetos - Terceiro Volume**. Venda Nova. Bertrand (Coleção Tempo Aberto). 1987.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro. Bertrand (Coleção Memória e Sociedade). 1990.
- \_\_\_\_\_. **Textos, impressão, leituras**. In: HUNT, Lynn (org.). **A Nova História Cultural**. São Paulo. Martins Fontes (Coleção: O Homem e a História). 1992. p. 211-238.

- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria da Educação**. Pannonica. Porto Alegre. no. 2. 1990. p.21-29.
- DARNTON, Robert. O que é História dos Livros ? In: **O Beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo. Companhia das Letras. 1990. p. 109-131.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas. Papirus. 1993.
- FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto de Alegre. Artes Médicas. 1993.
- FREITAG, Bárbara, et alii. **O livro didático em questão**. 2a. Ed.. São Paulo. Cortez. 1993.
- GIOLITTO, P. **Histoire de l'enseignement primaire au XIXe siècle. II - Les méthodes d'enseignement**. Paris. Nathan. 1984.
- GOODSON, Ivor. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. **Teoria e Educação**. Pannonica. Porto Alegre. no. 2. 1990. p. 230-254.
- HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: sua história**. São Paulo. T. A. Queiroz: Ed. da Universidade de São Paulo. 1985.
- HOBBSAWM, Eric. J. A Contribuição de Karl Marx para a Historiografia. In: BLACKBURN, Robin. **Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1982. p. 244-261.
- HUNT, Lynn. Apresentação: História, Cultura e Texto. In: **A Nova História Cultural**. São Paulo. Martins Fontes. 1992. p.01-32.
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. O Livro Didático: velho tema revisitado. **Em Aberto**. Brasília. Ano VI. no. 35. jul.-set. 1987.
- JAMESON, Fredric. **Marcas do Visível**. São Paulo. Editora Graal. 1996.
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: **A História Nova**. São Paulo. Martins Fontes. 1990.
- LOPES, Eliane. M.T. O Service d'Histoire de l'education: a serviço dos pesquisadores e docentes. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. no. 8. dez. 1988. p.32-35.
- MEDEIROS, Luciene G. M. **A Amazônia na Ótica do Livro Didático**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo. PUC-SP. 1988.
- MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo Livros Didáticos e Paradidáticos**. Projeto de pesquisa apresentado na PUC-SP em setembro de 1994.

- OLIVEIRA, João Araújo B., et alii. **A Política do Livro Didático**. São Paulo, Summus. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas. 1984.
- SANTOS, Luciola L. C. P. dos. História das disciplinas escolares. **Teoria da Educação**. Pannonica. Porto Alegre. no. 2. 1990. p.21-29.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro. Zahar. 1981.
- VIERA, Maria do Pilar de Araújo e Outros. **A Pesquisa em História**. São Paulo. Ática (Série Princípios). 1989.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro. Zahar. 1979.
- \_\_\_\_\_. **Cultura**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1992.